NOVELLAE OLIVARUM

ANO XV NÚMERO 154 JULHO 1958

PRESENÇA DE MARIA NA IGREJA 209

III — OS VALORES — P.e Honorato Rosa 214

IV — O DESTINO MORAL DO HOMEM 218

A CONSTRUÇÃO DE IGREJAS MODERNAS E A RESPONSABILIDADE DO CLERO 226

NOTAS SOBRE O TEATRO — Manuel Pedro de Cunha Frazão 238

NOVELLAE OLIVARUM

Director — JOÃO RODRIGUES
Redactores — HELDER VERÍSSIMO F. — MÁRIO FERREIRA BACALHAU
Administradores — CARLOS A. SIMÃO — ANTÓNIO HENRIQUE OLIVEIRA
Proprietário e editor — ANTÓNIO DE JESUS ESCUDEIRO

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS
COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA

Tipografia - Escolas Profissionais Salesianas - Oficinas de S. José - Lisboa

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Exa. Revma. o Sr. Bispo do Porto

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE

LISBOA
ROSSIO, 93-2.º

ORGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

VATICANO

Casa Ruvina

RUA FORMOSA, 173 — PORTO

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.ª, L.DA

Casa fundada em 1832 — A casa mais antiga do País no seu género

Lustres, Lanternas, Placas, Castiçais, Lâmpadas, Suspensões, Banheiras, Caldeiras, Esquentadores, Fogões de cozinha

Instalações sanitárias, Casas de banho, Pára-raios, Aquecimento central, Ascensores, Ventilação, Eléctricas, Contra incêndios, Telefone, Todos os trabalhos em latão e ferro forjado.

RUA DA VITÓRIA, 82-88 **LISBOA** **RUA DO OURO, 166-170**

FUNDADA EM 1756

"Cenáculo"

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Exa. Revmo. o Snr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO
Rua das Flores, 69

LISBOA
Praça dos Restauradores, 14

Sociedade Industrial Metalúrgica

S. A. R. L.

SERRALHARIAS

RUA DE S. TIAGO, 13 — LISBOA

NO CENTENÁRIO DAS APARIÇÕES DE LOURDES

PRESENÇA DE MARIA NA IGREJA

Está a correr em todo o mundo católico o centenário das aparições da Virgem Imaculada na pequena cidade de Lourdes, banhada pelas águas do Gave que em irrequieto caudal desliza pelas vertentes verdejantes dos Pirenéus. Desde 11 de Fevereiro de 1858, dia da primeira aparição, jamais a Gruta de Massabielle deixou de ser lugar de milagres, milagres no corpo, mas sobretudo milagres no espírito que ali se sente tocado pelo Mistério Divino. Aquela nascente que de modo inesperado surgiu do lado esquerdo da Gruta durante a aparição de 25 de Fevereiro tornou-se o símbolo duma fonte inesgotável de graças corporais e espirituais para toda a humanidade.

A esta fonte, escreve o Santo Padre, afluirão toda as misérias da alma e do corpo. «Fui, lavei-me e vi» (**Joan.** IX, 11), poderá responder com o cego do Evangelho, o peregrino reconhecido. Mas, como outrora para as multidões que se comprimiam à volta de Jesus, a cura das chagas físicas constitui, ao mesmo tempo que um gesto de misericórdia, o sinal do poder que o Filho do Homem tem de perdoar os pecados (cfr. **Marc.** II, 10) [1].

E é já um século de admiráveis favores celestes que este ano se está a recordar. Mas não pode passar despercebido que por detrás desta admirável chuva de bênçãos para a Igreja durante os últimos cem anos, possa adivinhar-se uma especial intenção divina que vale a pena assinalar. O «caso» de Lourdes surge como autêntico desafio do Céu ao **materialismo** dos tempos modernos. Lourdes obriga a pôr nos seus devidos termos o problema da fé, que o mesmo é dizer, o problema de Deus.

Precisamente em que o homem proclama com euforias de vitória o inviolável **determinismo científico** das leis da natureza, pretende subtraí-la a qualquer intervenção extraordinária, Deus condescende em fazer da Santa Gruta cenário de admiráveis prodígios físicos que documentam a transcendente liberalidade do Seu Amor nas relações com as criaturas, quando estão em jogo superiores interesses do homem. E Lourdes impõe-se «escandalosamente como cidade dos milagres». Dela se pode afirmar o que de Fátima dizia Claudel: «une explosion de surnaturel». Apetece realmente ver neste fenómeno de Lourdes a oportuna resposta do mundo sobrenatural ao irreverente ultimato do cientismo positivista do século passado,

[1] Pio XII, Carta Encíclica sobre o centenário das Aparições em Lourdes, de 2 de Julho de 1957.

de que foi expoente o apóstata Renan: Milagres? Que Deus se digne operar ao menos um perante uma academia de sábios que o controlem cientìficamente: «un miracle à Paris devant des savants compétents»; — tal foi o repto sacrìlegamente lançado contra Deus por este espírito tão culto como diletante, na introdução à sua famosa «Vie de Jésus».

Mas Deus não é histrião que se ocupe em realizar maravilhas a contento da curiosidade orgulhosa de uns tantos. Os prodígios de Lourdes não são mais que um convite do amor divino à conversão das almas. Já Cristo Nosso Senhor usara deste método de concretizar o Amor de Deus pelos homens em provas sensíveis desse mesmo amor, para que os corações se deixassem tocar e se abrissem à plenitude da vida sobrenatural que lhes era oferecida. Em Lourdes continua-se a pedagogia do Evangelho, para lembrar aos homens de uma época dominada pelo naturalismo pagão que acima das realidades terrenas estão os valores do espírito. Os homens parecem ter-se esquecido de que estavam feitos à medida de Deus, criados como foram à sua imagem e semelhança (**Gen.** I, 26). Lourdes com a sua ininterrupta cadeia de milagres e conversões é um apelo instante para o regresso a Deus: «Penitência, penitência, penitência!», implorava maternalmente a «Bela Senhora» na aparição de 24 de Fevereiro, em tom repassado de tristeza que Bernadette não pôde conter as lágrimas. Como no tempo de João Baptista e como no começo do ministério de Jesus, a mesma intimação, forte e rigorosa, dita aos homens o caminho do retorno a Deus: «Arrependei-vos!» (**Mth.** III, 2; IV, 17). E quem ousaria dizer que este apelo à conversão do coração perdeu, em nossos dias, a sua actualidade?, comenta o Santo Padre na já citada encíclica. A própria definição que a Virgem deu de si mesma — Eu sou a Imaculada Conceição [2] — é convite à fuga do pecado em ordem à realização dos planos de santidade que Deus tem de cada homem.

Mas a Mãe de Deus não pretende mais do que fazer de Bernadette o instrumento da sua maternal ternura e da misericórdia omnipotente de Seu Filho para restaurar o mundo em Cristo por uma nova e incomparável efusão da Redenção [3]. Lourdes só se compreende à luz da missão espiritual da Virgem Nossa Senhora na economia da salvação. Maria sempre esteve presente na vida da Igreja, mas de há anos a esta parte sucedem-se admiràvelmente as manifestações sensíveis da sua presença activa na comunidade cristã, Corpo Místico do seu bendito Filho. Deixando de lado algumas aparições marianas de menor projecção mundial ou ainda não aprovadas pela Igreja, apontam-se nada menos que cinco grandes mensagens e apelos da Virgem à humanidade nestes últimos tempos: re-

---

[2] Este modo de falar, desconcertante na aparência, justifica-se pelo facto de o predicado «Imaculada Conceição» ter passado a designar a própria pessoa de Maria enquanto dotada com tal atributo. Escusado seria dizer que a expressão «Imaculada Conceição» começou por significar directamente um privilégio da Virgem, até que o modo corrente de falar transformou o seu alcance imediato, de forma a significar o todo pela parte. Algo de semelhante se verificou com a expressão «Coração de Jesus», que hoje vale pelo todo da pessoa do Senhor.

[3] Cfr. o discurso do então Cardeal Pacelli, em Lourdes, a 28 de Abril de 1935, cit. na encíclica sobre o Centenário das Aparições.

velação da «Medalha Milagrosa» a Catarina Labouré, em Paris, a 27 de Novembro de 1830; e as aparições de La Salette, em 19 de Setembro de 1846, de Lourdes, em 1854, de Fátima, em 1917, e de Banneux (Bélgica), em 1933.

Poder-se ia acrescentar ainda a recente manifestação das Lágrimas da Senhora, em Siracusa (1953), já reconhecida pela autoridade eclesiástica.

Com razão escreveu o Padre Daniélou que estas repetidas aparições marianas hão-de constituir uma das notas mais características da História Sagrada neste século em que estamos [4].

Não faltará talvez, mesmo dentre os católicos, quem se escandalize com tão íntima aproximação entre o céu e a terra por intermédio da Mãe de Jesus. A pretexto de que, segundo a justa advertência de S. João da Cruz, Deus já nos comunicou em Seu Filho tudo o que nos tinha a dizer, porque Ele, Seu Verbo, é a Palavra substancial que tudo resume [5], não se esconde por vezes um certo mal-estar perante as manifestações extraordinárias que de quando em quando parecem interromepr o silêncio do mundo sobrenatural após a era apostólica, como se elas viessem a constituir um pleno obstáculo aos esforços da Igreja para a conversão das massas dela separadas. Tais reservas de alguns espíritos que a si mesmos se fazem critério das relações de Deus com os homens, intensificam-se sempre que entra em cena nestas manifestações celestiais a Virgem Nossa Senhora.

Esses que assim pensam talvez se encontrem no estado de espírito que Léon Bloy atribui à sua noiva ainda protestante, em carta repassada da mais autêntica piedade cristã. Também para eles servirá a resposta deste grande homem de letras: «Aussi longtemps que tu n'auras pas connu Marie et que tu ne lui auras pas donné ton coeur, tu seras dans les ténèbres parce que c'est en elle et par elle seule que le Saint-Esprit peut être obtenir...

Réserve dans la secret de ton âme l'enseignement exceptionnel que je te donne et qui te fera briller devant le Seigneur comme un magnifique flambeau. Tu sentiras, tu compreendras que le Verbe-fait-chair, Jésus Rédempteur ayant été donné au monde par Marie, sa Mère, il faut nécessairement qu'à notre tour, nos autres qui sommes ses membres et ses frères, nous soyons engendrés par Elle, non pas selon la chair mais selon l'Esprit» [6].

L. Bloy tem razão: é a associação de Maria ao mistério da Encarnação e da Redenção que A coloca em lugar privilegiado no conjunto da criação. Maria — instrumento do Espírito Santo na geração corporal de Nosso Senhor Jesus Cristo e por isso mesmo também na geração espiritual dos membros místicos do seu divino Filho, — tal é o fundamento último da singular grandeza da Virgem Nossa Senhora.

O mistério de Maria situa-se no próprio centro do mistério da Redenção.

---

[4] Cfr. Daniélou, «Lourdes segno sensibile di due definizioni dogmatiche em La Rocca, ano XVII, n.º 4 (15 Fev. 1958), p. 7.

[5] Cfr. «Subida do Monte Carmelo», livro II, cap. XX.

[6] L. Bloy, «Lettres à sa fiancée», cit. por P. R. Bernard, «Le mystère de Marie», 4.ª éd, p. 11.

A Igreja exalta e canta a transcendente dignidade de Mãe de Jesus, mas sem esquecer que toda a santidade esplendorosa da humilde Virgem de Nazaré se ordena à realização do plano de salvação por Cristo. E é mérito do pensamento teológico dos nossos dias aplicar-se de preferência ao aprofundamento dos aspectos sociais da missão de Maria. Até ao presente estudava-se a Virgem como figura enriquecida por singulares privilégios pessoais, ao passo que agora procura-se descobrir no mistério de Nossa Senhora o alcance das repercussões sociais da sua divina maternidade. Hoje aprofundam-se e analisam-se as relações entre Maria e a Igreja, não só na linha da casualidade eficiente em virtude da co-redenção, senão também na linha da casualidade exemplar, enquanto a Virgem é imagem perfeita da Igreja [7].

Esta referência ao **múnus social** de Maria como Mãe dos homens pela graça, de que é medianeira, na medida em que está unida ao Redentor, leva-nos à análise da associação da Virgem ao mistério da salvação. Realizou-se ela em três fases que constituem outros tantos quadros do admirável tríptico divino. O primeiro quadro evoca a cena da Anunciação: Maria entra em diálogo com o Anjo para lhe garantir que está disposta a integrar-se nos planos de Deus como mãe do Redentor (**Lc.** I, 26-28). S. Ireneu, de acordo com a sua teoria da «recapitulação» de tudo em Cristo, compraz-se em afirmar que Maria, Esposa e Virgem, reparou pela sua obediência o que Eva, também esposa e virgem, destruíra pela sua desobediência [8].

O segundo quadro conduz-nos ao Calvário: lá está Maria, na «hora» de seu Filho, mas de pé, como convém a quem está oficialmente associada à missão redentora do Sumo e Eterno Sacerdote. (**Joan.** XIX, 25-27). A Virgem continua junto à Cruz o **fiat** da Anunciação, unindo-se incondicionalmente com sentimentos de fé e caridade aos planos de Deus, que agora se revelou com todas as suas exigências de renúncia e abnegação: na Anunciação a Virgem de Nazaré garantira a sua plena disponibilidade; agora cumpre o prometido, e cumpre de pé, com dignidade, que não em delíquios de mórbida sensibilidade. Esta total fidelidade da Virgem no momento decisivo da prova valeu-lhe novo título para ser Mãe dos homens. Não é outro, aliás, o alcance das consoladoras palavras de Jesus ao discípulo amado: **eis a tua mãe!** Na pessoa de João foi toda a Humanidade que recebeu Maria por mãe, conforme já Orígenes o advertiu: «Ninguém pode compreender o Evangelho (de João) se não tiver repousado, como ele, sobre o peito de Jesus e se, como ele, não tiver recebido Maria por sua mãe» [9].

O terceiro quadro ilustra de modo especial a colaboração de Maria com o Espírito Santo na constituição efectiva da Igreja. Conta-nos S. Lucas que os apóstolos se prepararam na oração para o nascimento oficial da Igreja na manhã de Pentecostes «com Maria Mãe de Jesus» (**Act.** I, 14). Neste dia de Pentecostes realiza-se uma acção muito semelhante à da Anunciação: o Espírito Santo que

---

[7] O tema do próprio Congresso Mariológico de Lourdes (10-13 de Setembro) será precisamente «Maria e a Igreja».

[8] «Contra as heresias», livro III, cap. XXII (segunda metade do séc. II).

[9] «Comentário ao Evangelho de S. João», livro I, cap. VI (princípios do séc. III).

outrora descera de modo invisível ao seio da Virgem para com Ela formar o corpo físico de Cristo manifesta-se agora de modo prodigioso para formar o Corpo Místico de Cristo, e mais uma vez com Maria. O Pentecostes foi um outro Belém para a Virgem, não já no silêncio da noite, mas em pleno dia. Não teve Ela parte na orgânica hierárquica da Igreja, mas nem por isso, a sua acção deixou de influir em grau decisivo no nascimento da comunidade cristã. E se quisermos avaliar o grau deste influxo da Virgem na vida da Igreja primitiva não temos mais que evocar a sua íntima associação ao mistério de Cristo a partir do momento da Encarnação.

Maria esteve pois presente em cada um dos três grandes momentos da fundação da Igreja: Encarnação, Paixão e Pentecostes. Será de estranhar que Ela continue presente na «sociedade dos filhos de Deus» como agenciadora da nossa salvação, embora sempre na dependência de Cristo, único mediador entre Deus e os homens por direito próprio?

O mistério de Maria está intimamente ligado ao mistério da Igreja; negar Maria é negar a Igreja [10]. Talvez seja por isso que os Protestantes negam Maria e a Igreja. O certo é que Maria não se compreende sem a Igreja, nem a Igreja sem Maria. E a história aí está a comprová-lo: existe uma tal afinidade entre a Mariologia e a Eclesiologia, que as hesitações que em certas épocas afectam a fé na Igreja, alteram também a fé de muitas almas na Virgem Maria, conforme observa o Padre De Lubac [11].

O milagre de Lourdes vem ilustrar no campo da história o que a teologia ensina na linha dos princípios, a respeito do significado profundo do mistério de Maria no plano de salvação. Lourdes é mais uma demonstração efectiva da missão eclesial da Mãe de Cristo, porque em Lourdes, Maria continua a sua função de Medianeira das graças de salvação. Se a pequena cidade dos Pirenéus é lugar de milagres, é porque constitui um espaço reservado por Deus para as conversões, um ponto de encontro entre Deus e o homem. Ora onde quer que se esboce um movimento do espírito para Deus, lá está Maria com a sua presença de mãe — presença discreta mas activa, — renovando a cada instante o milagre de Caná para transformar em vinho saboroso a insípida água da miséria humana...

P. J. A. S.

---

[10] Cfr. Ch. Journet, «L'Église du Verbe Incarné», vol. II, pág. 392.
[11] Cfr. «Meditation sur l'Église», 3.ª éd., Paris, 1954, pág. 273-274.

III – OS VALORES[1]

Pela sua actividade, encarnada num apropriado comportamento ou relação ao mundo, propõe-se o homem atingir ou realizar algo que **vale a pena** atingir-se ou realizar-se.

Aquilo que aparece à consciência como «valendo a pena ser» designavam-no os Antigos com o termo «bonum», chamam-lhe os Modernos «valor».

Rigorosamente, o termo «Valor» toma-se em **duplo significado:**

1.º — «Valor» é o que torna a coisa digna de existir, digna de ser atingida, digna de ser realizada. Assim toda a gente compreende o que é o valor moral de uma acção, o valor nutritivo de um alimento, o valor artístico de um quadro...

2.º — «Valor» é, num segundo sentido, a própria realidade que encarna (= em que se realiza) o «valor» no primeiro sentido: a acção boa, o alimento nutritivo, o quadro belo, etc.

Normalmente o contexto permite apurar em que exacto sentido nele se toma o termo.

No tocante à apreciação dos «valores» pelo homem, têm-se debatido duas grandes e opostas correntes de opinião:

— Teorias racionalistas

fazem da apreensão de valores um simples acto da inteligência; nesta teoria o «valor» é objecto de conhecimento teorético como não importa que realidade.

— Teorias emocionais

afirmam que o «valor», como tal, escapa à apreensão da inteligência; segundo elas, o homem chegaria aos «valores» através de uma faculdade especial, de carácter afectivo: a intuição emotiva.

São Tomás de Aquino distinguira já uma dupla modalidade de conhecimento intelectual: o conhecimento teórico, bem conceptualizado, especulativo (= «per modum scientiae») e o conhecimento vivido, experienciado (= «per connaturalitatem»). Por exemplo: conhece «per connaturalitatem» a temperança a pessoa que a tem praticado; conhece-a «per modum scientiae» quem a estudou num científico Tratado das Virtudes.

No que respeita aos «valores», toda a Filosofia contemporânea, inclusive a filosofia tomista, insiste em que não é possível apreciá-los por mero conhecimento especulativo. Para que um valor se nos dê como valor, importa que haja da nossa parte mais que simples curiosidade intelectual, é necessário que haja «consentimento» pessoal, sinceridade, um certo tender a realizá-lo de algum modo...

Pretende J. P. Sartre que o homem não «reconhece» valores — **cria-os**; todos os valores, afirma, são criação da liberdade humana. Tudo o que «vale» é pelo homem e para o homem que «vale».

---

[1] Cf. «A Pessoa humana» e «As actividades pessoais», n.º de Junho.

A afirmação de Sartre é manifesto exagero. Há, por certo, valores que o homem «cria», vg. valores de utensilidade, valores culturais. Há, porém, outros valores que a liberdade humana não **«inventa»**, mas a que acede no respeito e, se for o caso, em subordinação: vg. a personalidade de outrem...

ALGUMAS MAIS IMPORTANTES CARACTERÍSTICAS DOS VALORES

O valor é «atmosférico» (Le Senne)

De algum modo, como a luz, está em tudo, sem se esgotar em coisa nenhuma particular, está para além da sua encarnação em cada uma das coisas singulares. Uma coisa bela não é a beleza, uma pessoa bondosa não é a bondade...

A reflexão sobre esta transcendência do valor leva o espírito ao reconhecimento de uma Pessoal infinita Perfeição, que é Deus, nascente comum de todos os valores.

O valor é «contagioso» (Le Senne)

Quer sublinhar-se o carácter de Trans-individual, de irradiante que tem o valor, por isso tornado factor de comunhão entre os homens.

Dir-se-ia que o valor tem de apreciar-se no concreto, precisa de ser visto realizado, para que a abertura a ele (de que os homens são capazes, na medida da sua liberdade) se desperte, se realize. Daqui a enorme importância do «exemplo». O exemplo é despersonalizante quando imitado de fora, quando é reproduzido o comportamento de outrem; é, ao contrário, eminentemente personalizador quando imitado por dentro, ou seja, quando a pessoa que imita se inspira no mesmo valor que a pessoa imitada, para o realizar no estilo muito seu que, como tal, não é de mais ninguém.

O valor é «normativo»

Apresenta-se como o «ideal», como «o que deve ser», apelo contínuo a que o realizemos. Isto porque a nossa existência é algo de inacabado, de ainda não realizado, a construir segundo o que deve ser, segundo o que vale a pena que seja, quer dizer, segundo o «valor».

ESTRUTURA HIERÁRQUICA DO MUNDO DOS VALORES

Os valores não se situam todos a um mesmo nível de importância: uns deles são mais «englobantes» do que outros. Escalonam-se, portanto. Mostra-nos o conhecimento reflectido dos valores que eles se escalonam do modo seguinte:

a) **No cimo** da escala dos valores está o valor **«pessoa»**, o valor do «eu» como tal, porque existe como um «pour-soi», como um fim-em-si e para si.

Este valor é fundamentalmente implicado por todos os demais: em relação a este, todos os outros valores têm significação de «meios».

b) Vêm logo depois os **valores** de tal modo **ligados à pessoa** que lhe constituem, diríamos, a dignidade: a verdade, a responsabilidade, o amor, a virtude, a vida. É o clima das regiões cultural, política, económica...

c) Seguem-se os **valores imediatamente ligados à «encarnação»** da existência pessoal, os valores relativos ao corpo humano: saúde, integridade, higiene, comodidade...

d) Por fim os objectos materiais, que não valem em razão de si mesmos, mas valem apenas em razão de «projecto» do homem, quer dizer, pelo facto de através deles o homem se realizar na inter-subjectividade.

QUESTIONÁRIO

— Que significa a expressão: «o comportamento humano é motivado por valores»?

— Que é «valor»? Pode distinguir o significado abstracto e o significado concreto do termo? Exemplos.

— Como reconhece o homem valores? É pela inteligência? É pela emotividade?

— Das duas formas de conhecimento intelectual que São Tomás distingue, qual intervém principalmente no reconhecimento dos valores?

— Poderia dar um exemplo de um conhecimento «temático» (per modum scientiae»)?
e de um conhecimento «vivido» («per connaturalitatem»)?

— Todos os homens são abertos a valores? Todos são abertos a todos os valores? Todos são da mesma forma abertos a um dado valor? Poderia exemplificar?

— Que pensa Sartre da relação entre liberdade e valor? A opinião de Sartre é verdadeira?

— O homem é «descobridor» de valores? ou é **criador** de valores? Ou é descobridor de uns valores e criador de outros valores? Neste caso, de que valores é criador (exemplos)? e de que valores é descobridor (exemplos)? Que diferença essencial há entre descobrir e criar?

— Que pretende significar Le Senne com o chamar «atmosférico» ao «valor»? Tem ele razão neste ponto?

— E que pretende significar o dito autor com a expressão «o valor é contagioso»?

— Parece-lhe que o reconhecimento e apreço dum mesmo valor por várias pessoas é sempre factor de comunhão entre elas?
O facto, por exemplo, de duas pessoas se reconhecerem muito inteligentes e abertas a dada campo de conhecimento, não fará tantas vezes que se dêem mal uma com a outra (que sejam rivais e mesquinhas uma para a outra)?

— O exemplo é formativo ou deformativo? Justifique a resposta. A tendência à imitação, se a reconhece na criança parece-lhe factor a aproveitar ou obstáculo a combater, na educação da criança?

— Em que consiste o carácter «normativo» dos valores?

— Disse Leonardo Coimbra: «Deus fez o homem em natureza para que o homem se fizesse em liberdade». Poderia explicar o sentido da frase?

— Dado que a existência humana é algo de não-realizado, como se chama à possibilidade que o homem tem de se ir realizando?

— Que relação lhe parece que exista entre «liberdade» e «valores»?

— Numa scala hierárquica de valores, qual é o valor que ocupa o primeiro lugar? Porquê?

— Quais são as diversas «regiões», planos ou níveis de valores? Qual é o critério que nos permite situar essas regiões de valores?

— Que pretenderá afirmar-se com uma frase deste género (inspirada em Nietzsche): «Toda a civilização vive de uma Tábua de valores»?

— Civilização e «cultura» serão a mesma coisa ou serão coisa diversa? Tente definições.

— Haverá uma civilização apenas ou haverá várias civilizações? Neste último caso, que é que as diferencia?

— Poderia tentar dizer que «valores» caracterizam mais pronunciadamente a chamada «civilização ocidental»?

IV – O DESTINO MORAL DO HOMEM

O homem apareceu-nos como um ser, uno e dinâmico, que tem de realizar-se pela sua própria actividade, aderindo a valores, promovendo valores.

A unidade que somos comporta, no entanto, multiplicidade de tendências e de actividades em ordem a valores diferentes.

Daqui nasce o **problema moral:**

como viver rectamente? por outras palavras: como tender verdadeiramente para a própria perfeição, para a autêntica realização de si mesmo? ou, por outras palavras ainda, como orientar a multiplicidade de actividades de forma a salvaguardar a unidade da pessoa?

O facto de sermos livres torna-nos possível o problema moral que é o problema da escolha responsável. Por sermos livres cada situação em que nos encontremos não determina (senão parcialmente, e na medida em que é limitada a nossa liberdade) o sentido da nossa vida. O completo e autêntico sentido do nosso existir podemos ser nós a determiná-lo. Mais: temos de ser nós a determiná-lo.

Quer dizer: a liberdade, tornando-nos possível o problema moral, torna-no-lo também inevitável. O próprio homem tem de dar significação ou rumo à sua vida: a minha vida vale, no fim de contas, o que eu quero e escolho que ela valha. Viver é escolher, dizia Pascal. Impossível fugir a escolher, «está-se embarcado»: recusar escolher rumo, no esforço de remar numa orientação definida, é ter aceite ir com a corrente...

O **critério de escolha** recta, onde encontrá-lo?

Alguns filósofos apontam como critério de escolha o prazer ou agrado (hedonistas); outros preferem-lhe a utilidade, tanto individual como social.

Sartre pretende que o critério de escolha é a própria escolha: não há norma a seguir, «o homem inventa o homem»: segundo ele tudo o que se escolher está certo, porque se escolheu. Só o arrependimento é insensato...

Nós pensamos que o critério de escolha é **o ditame da recta razão.** Quer dizer: a conduta a realizar por nós em dada altura é a que a inteligência nos aponta como exigida pela pessoa humana que somos, considerada em si mesma e em suas relações com o mundo, com outrem, com a sociedade e com Deus.

Assim a «ordem moral» tem o seu imediato fundamento na «ordem ôntica». A moral é a fidelidade voluntária, consciente, ao próprio ser. A pessoa vive moralmente ao «tornar-se quem é».

A) **A Pessoa humana considerada em si mesma**

A inteligência faz-nos ver que a pessoa humana, considerada em si mesma, comporta:

— multiplicidade de faculdades (espirituais umas, outras ligadas ao organismo);

— com certa duração (a vida desenrola-se-nos no tempo);

— orientada à perfeição do «eu» (ser consciente, livre, imortal).

Há, pois, uma hierarquia: o «eu» (ou a pessoa)

a sua duração temporal

as suas faculdades orgânicas.

A pessoa é «valor-em-si»; a duração e as faculdades orgânicas «valem» apenas a título de condição para que a pessoa se realize.

O respeito devido à pessoa é absoluto, o respeito devido à duração temporal e às faculdades orgânicas é relativo. Quando estas se oponham à realização da pessoa deixam de valer.

Deste princípio geral se desce ao concreto, olhando cuidadosamente as circunstâncias particulares, quando se trate, vg., da supressão de um órgão. Assim se estabelece para cada caso que em concreto se nos apresente a liceidade ou a iliceidade, por exemplo:

— da ablação de um órgão (por doença, por motivo de caridade...)

— da esterilização...

— da hipnose e do uso de estupefacientes...

— do uso da morfina...

Da mesma forma, a duração temporal da vida não é algo de absoluto, mas de relativo à perfeição do «eu» pessoal. O problema essencial não é «viver até quando seja possível» mas «**bem** viver». Por isso, no tocante à saúde, tem de ter-se dela cuidado ordinário, mas não é de obrigação ter cuidado extraordinário, a menos que o não imponham deveres graves de justiça ou de caridade. Ela é meio, não fim.

Entretanto da vida mesma o homem não é senhor: não lhe é lícito, portanto, suprimi-la, nem matando-se a si próprio («suicídio» = «voluntária e arbitrária supressão da própria vida») nem matando outrem («homicídio»).

Destes princípios muito gerais decorrem as obrigações do homem a respeito do seu corpo, das suas faculdades orgânicas, das suas faculdades espirituais, etc. (Moral individual).

B) **A pessoa humana considerada nas suas relações**

A pessoa humana é consciente, duma consciência necessàriamente **intencional**, q. d. não fechada sobre si mesma, mas aberta à realidade exterior.

Ora «consciência intencional» é «consciência de relacionamento»: ter cons-

ciência de um objecto é dar-se a pessoa conta de uma relação entre si e esse objecto. A intencionalidade leva-nos para além de nós.

Eu não posso, pois, procurar a linha da minha autêntica perfeição, do cumprimento do meu ser, sem ter em conta as relações em que devo estar com o que não sou. E tais relações verificam-se: para com outrem, para com o mundo, para com a sociedade, para com Deus.

1) **A relação de mim a outrem** (de pessoa a pessoa)

Partamos da experiência quotidiana da conversa, do diálogo. Ela mostra-me:

— que o **«tu»** (a outra pessoa) existe como **realidade distinta de mim.**

se o «tu» fosse mera criação da minha subjectividade (como o pretendem certas formas de «idealismo») ele estaria no fundo sempre de acordo comigo.

— que o **«tu» é livre:**

considera as minhas palavras, reflecte, toma perante elas atitudes, responde.

— que o **«tu» é identico a si próprio** (no tempo e no espaço) nas suas diferentes atitudes:

se o não fosse ser-lhe-ia impossível considerar o que foi dito (passado) e preparar o que vai dizer (futuro).

— que o **«tu» me é semelhante:**

verifico-o tanto pelos caracteres já considerados como pelo facto da nossa comum abertura ao mesmo «valor» que juntos procuramos, conversando.

Em resumo:

a experiência quotidiana do diálogo indica-me que outrem é uma «pessoa» como também eu o sou. Como a mim mesmo, o devo, portanto, tratar: a atitude fundamental é aqui «o amor do próximo como a si mesmo».

Este **amor do próximo** é devido à pessoa (recordar o que se disse antes sobre o amor «benevolente» ou «oblativo». Reveste, como é natural, matizes afectivos especiais consoante haja mais íntima relação entre as pessoas que vincula: temos assim vg. o amor dos pais, dos esposos, dos colegas, dos compatriotas, etc. Todas as pessoas humanas são «o meu próximo» mas nem todas o são da mesma maneira, com o mesmo grau de «proximidade».

As demais **relações subjectivas** entre as pessoas (de respeito, de veneração, de reconhecimento, de perdão, etc.) são manifestações concretas e matizadas, conforme o exigem as situações, do amor de benevolência.

As próprias **relações objectivas** entre as pessoas humanas têm no amor a sua raiz e o seu fim.

Efectivamente «relações objectivas» são as de **justiça.** Ora a justiça (= dar a cada um o que lhe é devido) não é senão a defesa e a garantia do amor que os homens se devem uns aos outros.

Sabe-se com efeito, que o uso de um bem material por parte de uma pessoa é exclusivo de outra qualquer: quem está a servir de um objecto impede que, ao mesmo tempo, outrem dele se utilize. Por este facto de o seu uso ser exclusivo,

podem os bens materiais dividir os homens e atirá-los uns contra os outros em conflitos sociais graves ou leves.

Se tudo fosse de todos, haveria no uso dos bens tal desordem que se tornaria impossível a paz social: «o que é de todos não é de ninguém»; por outro lado desaparecia a iniciativa por falta de estímulo.

Quer dizer: a exigência de ordem e de progresso impõe a propriedade particular; o direito a ela permite a união dos homens no amor. Por aqui se vê como a propriedade particular não pode constituir privilégio de raros apenas mas tem de estender-se a todos os homens.

A justiça, ordenando que seja dado a cada qual o que lhe pertence, deriva, pois, do amor e encaminha ao amor.

Ela evolui justamente porque o amor exige sempre mais. Um exemplo: como pessoa humana deve o operário ser tratado pelo seu patrão: isso exige, dizia-se, que lhe seja pago salário justo. O amor levou a ver que isso é pouco:

— o patrão tem de preocupar-se com a saúde do operário ao seu serviço — legislação sobre condições higiénicas do atelier e sobre acidentes de trabalho;

— o operário deve ser tratado como chefe de família: medidas sobre o alojamento familiar e bairros económicos;

— o trabalho empenha a personalidade do operário: este deve ter algo a dizer quanto à marcha da fábrica, de onde o conselho de empresa...

Quer dizer: a justiça desenvolve-se à medida que o amor nos vai tornando lúcidos — «a caridade de ontem é justiça de hoje». A justiça é a consagração do amor na comunidade.

Ao invés desta relação com outrem («amado como próximo») que a inteligência nos aponta como a devida, a experiência humana testemunha da tentação incessante, e nem sempre superada, a tratar outrem

como adversário (relações de conflito), ou
como instrumento (relações de exploração) ou
como estranho (ausência de relacionamento).

2) A relação de pessoa a mundo

Existem objectos materiais, a que a consciência nos refere. Que relação afirma o juízo desinteressado da inteligência dever existir entre a pessoa e os objectos ou coisas do mundo?

Uma relação de utilização: Os objectos não «valem» em si e para si, são «valores-para-a-pessoa». Toda a filosofia contemporânea sublinha enèrgicamente esta «utensilidade» do mundo que o pensamento cristão afirmou sempre.

Assim acontece com os **bens económicos** (casa, alimentação, vestuário...) que são meios ao serviço da vida, que se possuem para se viver; e com os **bens técnicos:** a Técnica prolonga o organismo na missão de dominar o mundo para o fazer servir-nos.

Nesta utilização dos bens do mundo há que ter em conta que a coexistência de pessoas humanas exigirá a limitação do domínio e uso de cada uma, a fim de que todas possam viver.

3) **A relação de pessoa a sociedade**

O estudo desta relação constituirá o tema da 3.º parte do nosso pequeno curso, pelo que mais tarde se averiguará se a relação pessoa-sociedade implica, ou não, algo mais que relações de pessoa a pessoa e de pessoa a coisas.

4) **A relação de pessoa a Deus**

Por um sem-número de razões, de entre as quais avulta o facto de que sem Deus a vida humana não teria sentido, afirmamos a existência de Deus e procuramos determinar a relação que a inteligência reconhece dever ser a nossa para com Ele.

Damo-nos conta de um «velle» divino, de uma comunicação de ser por Deus, dado que o mundo e os homens existem por Sua acção criadora.

Este «velle», esta acção divina, não serve um «appetere», um «amor captativo» porquanto Deus não necessita de ninguém nem de coisa alguma.

O «velle» divino está, pois, ao serviço do «amare», do «amor oblativo» ou «amor de benevolência». Quer dizer: Deus cria por ser BOM, por inteira generosidade, por amor puro. Cada pessoa, cada um de nós, existe por um gesto de AMOR de Deus, como participação da Perfeição divina. Quanto mais cada um se realiza como pessoa tanto mais acentua em si próprio a similitude com Deus. Isto constitui a razão primeira e indestrutível da dignidade da existência humana e é a fonte originária da alegria de realizar-se e de ajudar outrem a tornar-se quem é (educar).

Sendo Deus eminentemente Pessoa, e nós pessoas também, a relação que a inteligência postula como devida entre nós e Ele é a relação de pessoa a Pessoa, portanto relação de «amor oblativo».

Dado o carácter único de Deus, o «amor oblativo» que se LHE deve é especialíssimo — «RELIGIÃO» — e necessàriamente deverá traduzir-se em atitudes de:

— **adoração** — reconhecimento de que Deus existe por Si mesmo, enquanto nós e tudo o que nos circunda existimos por Sua amorosa criação;

— **acção de graças** — tudo o que somos e temos de Deus nos vem;

— **súplica ou prece** — reconhecimento de que tudo o que teremos nos há-de vir, naturalmente através de causas segundas, da Fonte de todo o bem que é Deus — e atitude correspondente;

— **reparação** — reconhecimento de que, havendo-nos Deus feito seres inteligentes e livres para nos realizarmos em fidelidade voluntária ao nosso ser, todas as vezes que falhamos (i. é. em que nos não corportámos como no-lo exigia a consciência) é a Ele que somos infiéis. Temos, então, de, quanto em nós cabe, desfazer a infidelidade — e isso é «reparar».

QUESTIONÁRIO

— Com a expressão: «o homem é uno e dinâmico» que pretende significar-se?

— Que é «viver moralmente»? A que seres é possível viverem moralmente? Viver moralmente será o mesmo que viver religiosamente?

— Viver religiosamente será separável de viver moralmente? E viver moralmente será separável de viver religiosamente?

— As crianças serão capazes de autêntica «vida moral»? Se sim, desde que idade pouco mais ou menos?

— O adjectivo «moral» equivale ao adjectivo «bom»?

— Poderia distinguir entre «conduta moral» e «conduta amoral»?

— Em que sentido é «inevitável» para o homem o problema moral?

— O que é o «hedonismo»? E o «utilitarismo»?

— A tão conhecida frase de Sartre: «o homem inventa o homem», que significa? Pode concordar-se com ele? Justifique a resposta.

— Que critério nos permite discutir objectivamente se tal procedimento é moralmente «bom» ou moralmente «mau»?

— Que diferença há entre o que pode chamar-se «ordem ôntica» e a «ordem moral»? E como se relacionam?

— Porque é que a pessoa é um valor-em-si?

— Porque é que a duração terrestre da vida humana não é um valor-em-si?

— Que respeito deve o homem ao «eu»? E às faculdades orgânicas do «eu»? Pode citar algumas destas faculdades?

— Haverá algumas circunstâncias em que seja lícita a ablação de um órgão do corpo humano, por exemplo, de um rim? Quais?

— Pode uma pessoa fazer-se esterilizar pelo simples não-querer transmitir a vida?

— Pode o Estado tornar obrigatória a esterilização de certos indivíduos considerados inaptos para a transmissão de uma vida mentalmente sã? Pode, ao menos, promover a esterilização dos indivíduos inaptos que a aceitem por vontade própria?

— Pode uma pessoa deixar-se hipnotizar? Justifique a resposta.

— Quanto ao uso da morfina, quais são as exigências da Moral? E porquê?

— Que obrigação tem uma pessoa no tocante à conservação da saúde própria?

— Terá uma pessoa gravemente doente, a quem o médico disse só poder salvar-se cirùrgicamente, obrigação de sujeitar-se a tal intervenção cirúrgica?

— Os desportos arriscados (vg. alpinismo, corridas de automóveis...) consente-os a Moral? Se sim, em que condições?

— O suicídio, em que consiste? E por que razões nunca ele é lícito?

— E o homicídio, o que é? Será lícito em algum caso?

— A que se chama «eutanásia»? Como deve encarar-se moralmente a «eutanásia»?

— Recorda-se de o que é a «intencionalidade»? Que pretende significar-se com a expressão: «a consciência humana é intencional»?

— O «idealismo» (no sentido em que o termo se opõe a «realismo») o que vem a ser? Conhece alguns pensadores que se tenham afirmado «idealistas»?

— Porque, no tocante às pessoas, se mostra o «idealismo» posição inaceitável?

— A que é que, em rigor, se chama «liberdade»? Em que se mostra o «tu», com quem dialogamos, «livre»?

— A conversa implica, também por parte do «tu» que nos responde, a superação do momento presente. Porquê?

— A que chamamos nós «valor»?

— Por que razão mostra a conversa que os intervenientes são seres abertos aos mesmos «valores»? E que «valores» estão em causa?

— O termo «pessoa» que significado tem?

— Quem é o «próximo» de cada ser humano? Por que se chama «o próximo»? Todas as pessoas são igualmente o nosso próximo? ou sê-lo-ão umas mais que outras? Neste último caso que critério permite afirmar uma maior «proximidade?

— Que amor devemos ao próximo? Quais as mais importantes características de tal amor?

— O «amor ao próximo» exprime-se de forma idêntica para com todas as pessoas humanas?

— Conhece algum, ou alguns, texto(s) do Evangelho em que se fale do «amor do próximo»?

— Que se entende por «relações subjectivas» entre pessoas humanas? Exemplos.

— E que se entende por «relações objectivas» entre os homens? Exemplos.

— Que é a justiça? Exemplifique com duas ou três exigências na ordem da justiça.

— De onde nasce a justiça? E que última finalidade visa?

— Porque é que se diz que os bens materiais dividem os homens opondo-os uns a outros? Acontecerá o mesmo com os bens espirituais? Quais são os bens espirituais? (Exemplos).

— Em que consiste a propriedade particular de bens? Que razões a fundamentam? Que limites reconhece à propriedade particular?

— Que significa a expressão «salário justo»?

— Pagar o «justo salário» será a única obrigação de justiça dos patrões em ordem aos seus assalariados?

— Que diferença há entre justiça e caridade? Porque são virtudes diferentes?

— Caridade e justiça serão virtudes inteiramente estranhas uma à outra? ou serão virtudes intimamente relacionadas? De que modo, neste caso?

— Que pretende significar-se com o dito de que «a caridade de ontem é justiça de hoje»?

— Que significa «tratar a outrem como adversário»? Acontecerá isto nas relações domésticas? Exemplifique com casos por você construídos.

— Acontecerá nas relações civis que os homens se tratem como adversários? Exemplifique com situações em que este seja o caso.

— Que significa «tratar a outrem como instrumento»?

— Julga que por vezes nas relações domésticas as pessoas umas às outras se tratem como instrumento? Poderia exemplificar?

— Na zona do trabalho profissional acontecerá que homens tratem a homens como instrumento? Exemplos.

— Na vida política dar-se-á também o caso de os cidadãos serem encarados como instrumento?

— Que é tratar a outrem como estranho?

— Acontece que outrem seja tratado como estranho, na família? na sociedade?

— A que se chama «bens económicos»? A que se destinam eles? Que relação há entre eles e os homens?

— Que é a Técnica? Que finalidade visa? Qual o seu objectivo final?

— Qual o melhor processo de tudo o que há no mundo chegar a todos os homens, a fim de que como homens se realizem?

— Suponha que alguém lhe diz: «porque afirma você a existência de Deus?» e responda à pergunta.

— Que significa a expressão «acção **criadora**» de Deus? Também os homens são capazes de **«criar»**?

— A **«criação»** é um **acto livre** ou um **acto necessário** de Deus?

— Precisa Deus, em algum sentido, das coisas ou das pessoas que criou?

— O amor divino pelo qual foram criados os seres humanos é «amor captativo» ou «amor oblativo»? Porquê?

— Pode dizer-se de todas as coisas que elas foram feitas à semelhança de Deus? E que quer, então significar-se por essa afirmação?

— Todas as coisas serão «imagem» de Deus? Ou só alguns seres? E quais? Porquê?

— A relação a Deus fundamenta a alegria de viver e de educar. Porquê?

— Quando a filosofia afirma que Deus é Pessoa, que pretende dizer? Deus será uma só Pessoa? Como o sabemos? A filosofia pode afirmar que Deus é Três Pessoas?

— Que nome tem o «amor oblativo» de um homem a Deus?

— Que é a «adoração» em sentido rigoroso? O termo usa-se também noutros sentidos? Quais? Poderia exemplificar?

— Que é a «reparação»? Todos devemos reparação a Deus? Porquê? Como se faz tal reparação?

— O reconhecimento e a prece em ordem a Deus em que consistem? São atitudes que também possamos ter para com pessoas humanas? Porquê?

P. Honorato Rosa

A CONSTRUÇÃO DE IGREJAS MODERNAS E A RESPONSABILIDADE DO CLERO

VITALIDADE CONSTRUTORA

Não resta dúvida a quem se debruça sobre a História que um dos maiores índices da vitalidade de qualquer movimento histórico é o número de construções que ele deixou. Sendo assim, não é para admirar que o Cristianismo seja o maior construtor. E não admira também que os períodos em que a Igreja manifesta maior vitalidade sejam igualmente aqueles em que ela mais constrói (os séc. XVIII e XIX oferecem-nos uma flagrante contraprova).

Como não podia deixar de ser, a grande renovação da Igreja de hoje tinha de reflectir-se também na sua face externa. Mas, além disso, há outras causas extrínsecas que explicam a nova febre de construção na Igreja: o aumento de frequência aos actos de culto, o próprio aumento natural da população, as migrações internas dos campos para os centros urbanos, o aparecimento súbito de novos aglomerados humanos, as devastações da guerra — tudo isto contribui para que novas igrejas estejam a surgir por toda a parte. E ao vermos este pulular de vida, depois da crise dos últimos séculos em que a arte cristã parecia agonizar, depois das devastações de duas guerras que deitaram por terra em pouco tempo, muito do que os cristãos edificaram penosamente em muitos séculos, apetece-nos aplicar ao nosso tempo o que Rudolfo Glaber (1044) dizia do ano 1.000:

«Parecia que o mundo sacudia a sua velhice para se cobrir com a túnica branca das igrejas novas.» [1]

Pois este milagre parece que vai repetir-se novamente. O panorama da arte cristã no final do século passado era de facto desolador. Operara-se um divórcio tremendo entre a Religião, por um lado, e as ciências e artes por outro. Na realidade, o mal já vinha de longe: a partir da Renascença, exceptuado o período do barroco puro, a arte da Igreja começa a laicizar-se, a ser menos cristã; depois sai mesmo da Igreja para tornar-se abertamente laica e profana. E, uma vez separada da Igreja, continua a sua evolução inevitável: surgem novas técnicas, novos pro-

[1] Rudolfo Glaber, **Historia sui temporis**, liv. III, c. 4, «De innovatione ecclesiarum in toto orbe» (cfr. Villoslada, **Historia da Igr. Cat.**, tomo II, pág. 159).

cessos, novos gostos — tudo à margem da Igreja. Chegou-se mesmo a um tempo em que parecia necessário não ser cristão para se poder ser artista.

Neste momento, o povo cristão, ao construir suas igrejas, estava perante um dilema: ou admitia nelas a arte «viva» (e as suas igrejas eram artísticas mas profanas) ou rejeitavam a arte «viva» por ser profana (e as suas igrejas deixavam de ter arte alguma, pois eram cópias mortas das formas do passado ou compromisso negligente com um «pastiche» de mau gosto).

Dum modo geral, pode dizer-se que os séc. XVII e XVIII, seguindo na esteira do séc. XVI, adoptaram a primeira alternativa; mas, desde meados do século passado, está-se a optar pela segunda. Duas soluções falhadas. A primeira oferecendo a Deus o que o mundo tinha de melhor, fazia igrejas «verdadeiras», senão como igrejas, ao menos como obras de arte. A segunda, apresentando-se a Deus de mãos vazias, já não sabe fazer igrejas «verdadeiras» senão como testemunho: testemunho claro duma religião sem vida, testemunho flagrante duma vida sem religião. Como dizia P. Claudel: «Para quem tem coragem de as observar, as igrejas **modernas** [2] têm o interesse e o patético duma confissão carregada. A sua fealdade é a ostentação exterior dos nossos defeitos todos: fraqueza, indigência, timidez da fé e do sentimento, secura do coração, fastio do sobrenatural, escravização às fórmulas e convencionalismos, exagero das práticas individuais e desordenadas, luxo mundano, avareza, jactância, insipidez, farisaismo, enfatuamento!» [3]. Por outras palavras: estas igrejas são espelho dum tempo que não soube viver o conteúdo autêntico do cristianismo, pois nunca faltou a uma época a «capacidade inexaurível de inspirar formas novas e belas, sempre que elas foram interrogadas, ou estudadas e cultivadas, à dupla luz do génio e da fé» [4].

Mas hoje as coisas estão a mudar-se, graças a Deus. Tem-se dito que estamos numa curva da História. E é verdade: em muitos pontos importantes, o nosso tempo não segue na linha dos séculos passados mas muda de direcção e não gasta tempo a procurar a verdade onde o fracasso dos séculos passados mostrou que ela não existe. Não saberemos agradecer a Deus a graça de vivermos num tempo que se empenha em descobrir, para além dos acidentes, a verdade profunda das essências vivas. Este desejo de autenticidade, de verdade, de ir ao fundo das coisas obriga a uma revisão completa dos problemas da vida. a uma purificação de tudo o que é supérfluo, a um voltar às fontes na procura da verdade integral.

A própria Igreja não é alheia a este movimento: há um escol de cristãos cada vez mais numerosos que procuram viver os grandes problemas da vida da Igreja, consciencializar as riquezas da sua vida íntima, «sentir com a Igreja», numa palavra. Parece que o Espírito de Deus soprou uma vida nova sobre a Sua Igreja. E por isso há vida que se manifesta exteriormente, e por isso está a repetir-se, aos nossos olhos, o milagre do ano 1.000.

---

[2] Sublinhámos esta palavra, porque P. Claudel refere-se às igrejas novas construídas antes de 1919, entre as quais nomeia especialmente Lourdes, Montmartre e Montparnasse.

[3] Paul Claudel, **Carta a Alexandre Cingria** (19 de Junho de 1919). O texto encontra-se em **Positions et propositions**, t. 2.

[4] Pio XI, **Discurso de 27 de Outubro de 1932**, A. A. S. XXIV pág. 356.

Mas não tenhamos ilusões: nem tudo anda acertado, nesta febre de construção, pois as boas vontades nem sempre são esclarecidas. É preciso deixar que esta vida nova se manifeste espontâneamente, sem peias. Ora todos nós, mais ou menos, fomos formados num meio que enfermava ainda dos desvirtuamentos dos últimos tempos. E todavia nós sentimos que já somos diferentes. Mas se fizermos esforço por rever posições, podemos ser levados inconscientemente a rejeitar as boas manifestações espontâneas deste ressurgimento e a mascará-las com aqueles mesmos horrores que P. Claudel lamentava nas igrejas do começo do século.

E como neste campo, cabe ao clero a maior responsabilidade, não vem fora de propósito examinar como devemos comportar-nos perante o problema da arte sacra, a fim de que as igrejas modernas sejam igrejas acertadas.

Para que uma igreja moderna seja verdadeira, tem de corresponder artìsticamente à nossa actual concepção de vida cristã. Se reconhecermos ao passado o direito de construir igrejas de acordo com as suas concepções de vida cristã, seria inconcebível que nós próprios não usássemos deste direito, sendo certo que a actual concepção de vida cristã mergulha na própria essência do Cristianismo: a vivência do Corpo Místico. É este o ideal de vida que os cristãos de hoje recebem com mais carinho. Eles compreendem e sentem que a vida do **cristão-membro-de-Cristo** é aquele que tira a sua força, a sua vitalidade, da acção de **Cristo-Cabeça,** de Cristo vivo a exercer o Seu Sacerdócio na Igreja e pela Igreja através do Sacrifício. A Missa volta pois a ser sentida como sinal e garantia da união do Corpo Místico, desta comunidade cristã que novamente toma consciência de si mesma. A participação comunitária no sacrifício do altar voltou a ser o que sempre devia ter sido: a trave-mestra da vida cristã [5].

Por isso não pode conceber-se uma igreja moderna que não favoreça a boa participação no Sacrifício da Missa. E como esta participação deve ser comunitária e hierárquica, só pode considerar-se acertada aquela igreja que oferece, à comunidade cristã um espaço que, pela ligação hierarquizada com o altar, simbolize, e realize mesmo, a união dos fiéis entre si e com Cristo.

Mas não basta que a igreja satisfaça as exigências do culto; é preciso que o faça artìsticamente. Exige-o a dignidade da casa de Deus; exige-o a própria natureza humana que precisa nos actos de culto, de um ambiente de elevação espiritual que só a beleza e a poesia podem trazer; exige-o também o zelo do apostolado: esses horrores que enchem as nossas igrejas, amados por uma perversão geral do gosto, prejudicam gravemente o apostolado, pois mascaram indignamente a face da Igreja que devia aparecer radiosa e pura aos olhos dos fiéis e dos infiéis esclarecidos.

---

[5] É certo que são ainda minoria os católicos que vivem este ideal. Mas é uma minoria constituída pelos católicos responsáveis, de todos os meios; por outro lado, este ideal é o mais genuíno sentir da Igreja. Tanto basta para que esta concepção se possa desde já universalizar.

É sobretudo neste aspecto que queremos insistir e por isso vamos passar uma vista de olhos sobre os aspectos mais importantes das relações do padre com o artista.

ATITUDES E RESPONSABILIDADES DO CLERO

Um pároco pensa fazer uma igreja nova. Mas surge uma dificuldade económica, e fàcilmente se dispensa o trabalho do arquitecto porque... «enfim, sempre são uns contos que se poupam». E assim, durante muitas gerações, os fiéis estarão condenados a rezar numa igreja onde não encontram ambiente de recolhimento, de elevação espiritual. É que este ambiente não se consegue naturalmente sem um espaço interno bem proporcionado, com equilíbrio de volumes — e nestas coisas o padre não é competente. Muitos sacerdotes há que ainda pensam que o arquitecto é uma formalidade da moda, um acidente que se pode dispensar fàcilmente se não for necessário obter comparticipaçdo do Ministério das Obras Públicas. Ora é preciso que todos se convençam de que, numa igreja, a arte é tão precisa como as próprias paredes.

Há também o caso em que se dispensa o trabalho do arquitecto, não por julgá-lo desnecessário nem por dificuldade económica, mas simplesmente porque o padre pode ter a ilusão de se julgar competente para fazer tudo. Há tempos um jornal de responsabilidade felicitava um certo pároco por «importantes» melhoramentos realizados na sua igreja, dos quais ele próprio era «idealizador, arquitecto e mestre de obras».

Mas a verdade é que a maior parte dos padres construtores procuram um arquitecto. Ainda aqui, quantas barbaridades! Acontece por vezes que os artistas têm de lamentar, como Alexandre Cingria, que o clero não saiba respeitar-lhes a consciência profissional. É que nem todos os membros do clero possuem a devida sensibilidade artística, mas caem na pretensão de impor ao artista os seus gostos pessoais, leivados de formalismos académicos e pretensões arqueologistas [6]. Ora a arte é como o amor: exige espontaniedade, nada lhe repugna tanto comc o formalismo. Mas o espírito de auto-suficiência, por parte do clero, impede muitas

[6] Topamos aqui com o melindroso problema da educação artística do clero. Ninguém, como o padre, tem tanta responsabilidade no campo da arte: ele deve conservar sob a sua guarda o património artístico que nos legou a fé dos antepassados e, além disso, terá ocasiões frequentes de o aumentar se proceder com critério e bom gosto. Mas é isto que muitas vezes ele estará impossibilitado de possuir, se o Seminário não lho deu. E, pelo lado do Seminário, também não é fácil encontrar solução. Mais que adquirir uma cultura artística, é todo um ambiente que é preciso mudar — e por isso não se faz em pouco tempo. Além disso, há falta de pessoas que possam dar uma orientação eficaz. Não seria aconselhável a colaboração de leigos competentes? De qualquer maneira, algo desde já se poderá fazer, se os seminaristas tiverem interesse em tomar consciência dos problemas da arte em geral e das implicações pastorais da arte sacra.

vezes qualquer tentativa honesta de confrontar opiniões. E se o artista insiste, corre o perigo de ferir susceptibilidades e armar tempestade, porque neste campo todos se julgam competentes. A divergência diz-se é apenas uma questão de gosto — e o padre também ouviu proclamar que: «gostos não se discutem» (princípio tão cómodo como falso — seja dito de passagem). E se gostos não se discutem, em caso de conflito é quase inevitável que não prevaleça o critério do padre.

Daí que grande parte das construções religiosas deixem muito a desejar: as intervenções indiscretas durante a execução da obra ou depois do seu acabamento prejudicam sempre o trabalho do artista. «Quando modifico seja o que for, nas minhas composições, para satisfazer um cliente, o efeito geral fica sempre prejudicado» diz Alex. Cingria.

É preciso que o padre compreenda que o artista deve ser deixado à sua liberdade. Ele não pede ao padre senão que lhe dê a conhecer as necessidades da vida paroquial, para que a nova igreja responda a elas cabalmente. Por isso o papel do sacerdote é apenas elaborar um programa inteligente a fim de que a obra do artista possa atingir a sua funcionalidade [7]. O padre marca o fim da obra, mas o modo de o alcançar compete ao artista. Não basta que o programa esteja bem feito, nem basta que o artista seja competente — é preciso que o artista respeite o programa e que o padre respeite o artista.

Entre nós, o autoritarismo do clero, ou então o autoritarismo do Estado tem, sido o culpado de erros gravíssimos, sobretudo naquelas igrejas que não puderam ser bem feitas porque foram viciadas por um lamentável formalismo arqueologista. Este preconceito do **antigo pelo antigo** rejeita «a priori» qualquer arte nova e julga poder copiar, sem transformar em cadáver, os belos estilos do passado. E então não falta quem conceba uma igreja em estilo medieval ou copie servilmente qualquer obra antiga, limitando-se a fazer uma segunda edição incorrecta e... abastardada.

É certo que tais obras podem ser «bonitas», mas nem por isso deixam de ser falsas: estão mortas, irremediàvelmente mortas. Aqui se filia também um certo número de edifícios religiosos do chamado «estilo português» que se pretende impor em virtude de um falso conceito de tradição. Mas infelizmente a palavra «português» é aqui sinónimo de «coisa nenhuma» — e o nosso patriotismo não tolera este aviltamento.

Um outro escolho que impede o aparecimento de boas igrejas modernas é o desejo da ostentação, de pompa, de pretensão. Sonham muitos levantar uma catedral ou qualquer coisa que «encha o olho», que toda a gente admire, ainda que para isso seja preciso fazerem-se despesas escandalosas, se há dinheiro; mas se o não há, faz-se uma nave gótica... de cimento armado, ou pinta-se o estuque

---

[7] A elaboração do programa não é fácil tarefa quando feita com cuidado. Dela depende em grande parte o bom resultado da obra.

A título de exemplo chamamos a atenção dos nossos leitores para o programa da **construção da Igreja Paroquial do Sagrado Coração de Jesus (Lisboa) — vid. Novellae Olivarum**, Janeiro de 1958 (publicado também em separata pela mesma revista).

a fingir de mármore e manda-se dourar os candelabros... com purpurina. Esta pretensão manifesta-se também duma maneira que entre nós é mais rara, mas não inédita. Alguns eclesiásticos procuram sobressair pela novidade e por isso o que lhes interessa primeiramente é que a igreja tenha uma estrutura moderna, da moda. Serão inevitáveis as consequências desastrosas deste vanguardismo temerário: adoptam-se as formas laicas da arquitectura civil, sem ao menos as baptizar; ou então cai-se no estetismo de procurar a forma pela forma ou na aventura do virtuosismo modernista, a rogo das facilidades técnicas do betão e do aço. É o formalismo progressista, é o preconceito do **moderno pelo moderno.**

Academismo, arqueologismo, modernismo, **«bondieuserie Saint-Sulpice»,**[8] — eis 4 vícios tão diferentes que afinal partem da mesma fonte: o formalismo. O formalismo é imaginação estagnada, é a degradação progressiva de alguns modelos muito bons a princípio, é procurar como fim as descobertas que outros empregaram como meios. No caso das igrejas, é partir duma forma preconcebida para a função, correndo o risco de a prejudicar, em lugar de partir da função e resolvê-la plàsticamente por uma forma bela.

Em vez de cair nestes enganos, quanto melhor fazer um acto de confiança na verdadeira arte moderna! Toda a obra de arte é fruto duma alma encarnada **neste tempo e neste espaço,** e a obra de arte sacra destina-se a homens encarnados igualmente **aqui e agora.** Por isso, ela tem de reflectir esta alma nova que nós temos, bem diversa da que tiveram nossos avós. Isto equivale a dizer que toda a «obra de arte» que hoje se faça ou é moderna ou nem sequer é arte.

Todos concordam com o princípio de que cada época histórica tem direito a uma arte própria. O que muitos põem em dúvida é se aquilo que passa por «arte moderna» tem direito a chamar-se arte e tem direito a entrar nas igrejas. É neste ponto que muitos sacerdotes se mostram renitentes, a ponto de o P.e Régamey poder escrever com verdade: «As concepções e estados de sensibilidade dos meios religiosamente **habituados,** estão impermeáveis aos criadores da arte viva, grandes ou pequenos, qualquer que seja a tendência destes artistas. Quem é sensível às coisas da arte viva e tenta qualquer conversação (no sentido pleno da palavra) nos meios eclesiásticos, tem a impressão de se encontrar num mundo irreal, onde aliás não pode viver com sinceridade».

Ora a arte moderna provou já de tal maneira que é capaz de construir as nossas igrejas, que a suprema autoridade eclesiástica abre-lhe as portas de par em par[9].

Mas não falta quem lhe negue esta possibilidade, às vezes mesmo com abstrac-

---

[8] Esta palavra é uma expressão irreverente que só os franceses se podiam lembrar de criar. Saint-Sulpice é um quarteirão de Paris onde abundam as lojas de artigos religiosos os quais, a maior parte das vezes, não primam pela estética: lá como cá, enxameiam as bugigangas religiosas que alimentam uma beatice lamecha, autênticas caricaturas do Pai do Céu (Le Bon-Dieu) e dos seus Santos.

[9] Diz Pio XII em Nov. de 1947: «... é absolutamente necessário dar livre campo também à arte moderna, desde o momento que sirva, com devida reverência e honra, aos templos e

ções aparatosas [10]. Aqueles porém que estiverem isentos de partidarismos e fizerem esforço por compreender, hão-de concordar que a arte moderna, não sendo por si mesma nem cristã nem anticristã, mantém, na sua aceitação do mistério, uma grande abertura ao próprio mistério cristão. A triste «querela da arte sacra» durou tanto tempo lá fora por causa dos exageros dos defensores da arte moderna e porque alguns se puseram a fazer lucubrações apriorísticas sobre «o espírito da arte moderna» quando a verdade é que esta é apenas um fenómeno concreto, um estádio existencial da sensibilidade e do bom gosto. Quanto melhor não será olhar realistamente para o testemunho das próprias obras! Este testemunho é hoje tão evidente, que ninguém poderá negar, sem cair no ridículo, as possibilidades da arte sacra moderna. No que diz respeito à arquitectura, basta lançar um olhar para as realizações que vão aparecendo onde quer que o Movimento Litúrgico ganha raízes e se respeita a liberdade criadora do artista.

ALGUNS EXEMPLOS

Vamos apresentar aos nossos leitores, a título de exemplo, quatro igrejas que julgamos documentar o que fica dito. Vêm-nos dos lados da Alemanha, como de lá nos veio o próprio Movimento Litúrgico, mas felizmente podíamos apresentar exemplos mais próximos de nós. Em todas elas é patente a preocupação funcional de satisfazer às exigências do culto cristão que é essencialmente comunitário, mas é também essencialmente hierárquico: estes arquitectos procuraram reunir os fiéis à volta do santuário, em comunhão com o altar, sem deixarem de atender que o santuário por ser o «Santo dos Santos» da Nova Aliança exige uma diferenciação

---

funções sagradas; de modo que também ela possa unir a sua voz ao admirável canto de glória que o génio humano cantou à fé católica nos séculos passados» (**Enc. «Mediator Dei»**).

Em 4 de Agosto de 1950 era consagrada a igreja de Assy. Esta cerimónia tem qualquer coisa de simbólico, por marcar de alguma maneira que a Igreja aceitava a arte moderna ali representada por quase todos os grandes nomes da Escola de Paris. Mais memorável ainda é aquela data de 20 de Janeiro de 1951 em que uma Comissão de Arte Sacra, presidida pelo Arcebispo de Besançon e pelo Bispo Auxiliar, aprovou unânimemente os esboços de um grande mosaico de Bazaine e de 16 vitrais de F. Léger e sobretudo os planos de Le Corbusier para a Capela de Ronchamp, a mais audaciosa obra de arte sacra em nossos dias.

Ao ser inaugurada em 25 de Junho de 1955 disse Le Corbusier: «En bâtissant cette chapelle, j'ai voulu créer un lieu de silence, de prière, de paix, de joie intérieure... Excellence, je vous remets cette chapelle de béton loyal, pétrie de témerité peut-être, de courage certainement, avec l'espoir qu'elle trouvera en vous comme en ceux qui monteront sur la colline, un echo a ce que tous nous y avons inscrit». E o Arcebispo Mgr. Dubois respondeu: «Rodin qui a écrit comme vous sur les cathédrales, les appelait «les bornes kilométriques des routes romaines de la Chrétienté». Vous venez, Maître, de planter en ce lieu, sur nos routes chrétiennes une borne mariale: les mois écoulés indiquent assez qu'on s'y arrêtera volontiers».

[10] Frank Elgar em «Carrefour» chegou a afirmar que admitir esta possibilidade é «pedir à nossa época incrédula, orgulhosa, céptica uma coisa que ela não pode dar». Comentário de Joseph Pichard: «on ne peut pas dire plus nettement que l'ère des religions est close».

(«**Art Chrétien**», n.º 8, pág. 27)

hierárquica que lhe marque a transcendência e o coloque no foco de todas as atenções.

Na igreja de **«Todos-os-Santos»** de Basileia (1950) Herman Baur conseguiu plenamente este efeito. A hierarquia do santuário é marcada pela orientação da planta (rectangular), estudo da luz, elevação do nível, imponência do próprio altar que a simplicidade da parede do fundo acentua ainda mais. Este grande arquitecto suíço adopta todas as facilidades da construção industrial quanto à maneira de utilizar os materiais modernos, por exemplo na cobertura (abóbada de berço em casca de betão armado) e no que diz respeito à técnica da luz. Coerência do exterior com o interior. Em todo o conjunto, é de apreciar a nobreza, a simplicidade, a elegância, o equilíbrio, a segurança no domínio dos materiais e, acima de tudo, o ambiente de sacralidade que a nossa fotografia faz adivinhar. **Fot. 1**

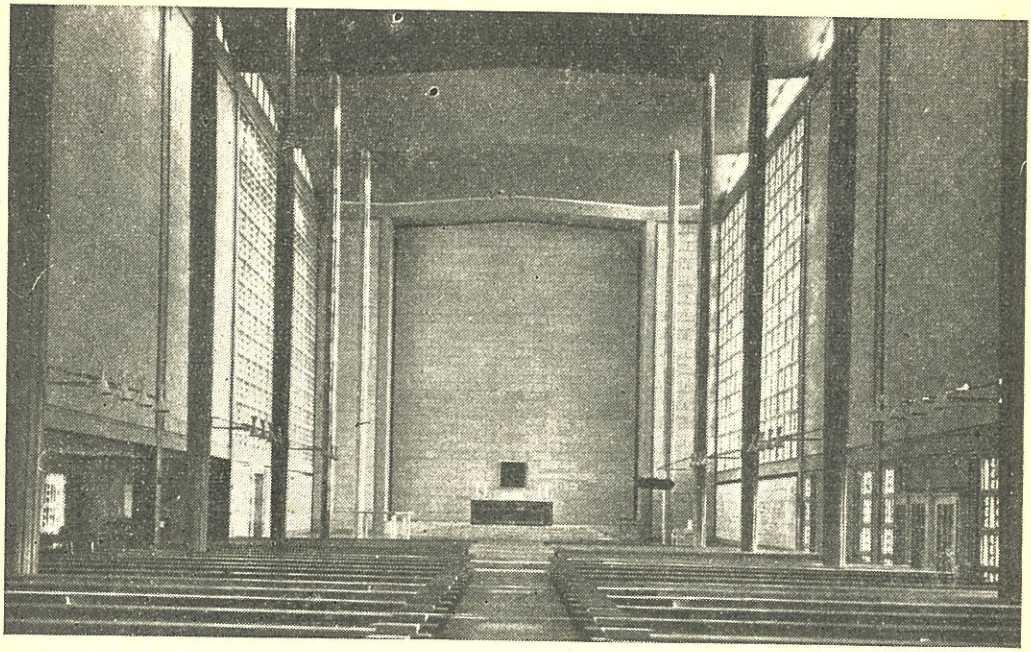
A igreja de **«Santa Maria»** de Olten (1952) mostra-nos como este arquitecto reflecte as mesmas qualidades no volume externo da igreja. Numa perfeita integração na paisagem há aqui um equilíbrio de volumes que quase diríamos clássico, aliado a uma multiplicidade de requintes quase levada ao exagero. Não viria fora de propósito abordar aqui o problema da configuração externa do edifício sagrado já que alguns pensam não ser legítimo dar-lhe uma forma nova. De facto, habituadas a identificar a igreja por alguns pormenores do exterior, muitas pessoas não concebem como é que uma igreja pode prescindir desses pormenores. Há quem diga que a igreja parece um cinema não se dando ao trabalho de reparar que, ao contrário daquelas igrejas que ama e admira, a igreja moderna oferece por vezes a enorme vantagem de acertar no essencial. E isso não é pouco. «Dirão talvez: é uma sala de cinema... É uma questão de hábito: se o cinema tivesse vindo depois diriam: «é uma igreja» [11]. O que interessa é que tenha uma alma de igreja; o resto é como o vestuário que muda conforme o tempo. A este propósito, dizem os Bispos alemães: «Seria errado adaptar de tal maneira a construção exterior da Casa de Deus — nas suas proporções e linhas, na sua estrutura e decoração — às construções profanas do tempo e do ambiente, que desse a impressão de um edifício profano. Mas seria igualmente erro recorrer a uma gritante linguagem de formas a fim de atrair a atenção dos transeuntes para a igreja que encontram no caminho [12]». **Fot. 2**

Muito próximo destas duas, está a igreja de **«S. Félix e Régula»** que Fritz Metzger construiu em Zürich (1950). Os fiéis estão reunidos numa nave elíptica e o altar é colocado num santuário rectangular que vem inserir-se na nave, na altura do eixo menor. Litùrgicamente a planta é perfeita. Notar a riqueza da luz, a majestade do santuário e do altar, a delicadeza do conjunto e dos pormenores, a simplicidade das superfícies. O volume exterior é harmonioso, mas, como nas igrejas anteriores, resulta mecânicamente da disposição do espaço interno, sem **Fot. 3**

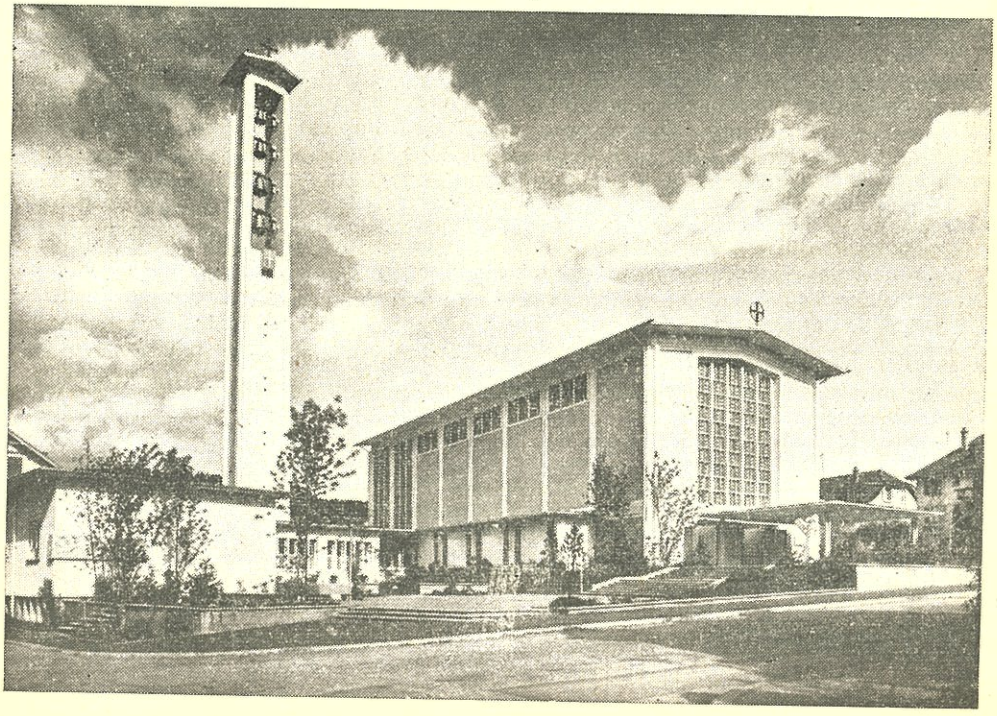
---

[11] Cfr. Ch. André, **Ideal Sacerdotal**, pág. 58. Este livrinho admirável é a publicação dos apontamentos de um retiro pregado aos Ordinandos do Seminário de Issy (França). O texto citado é extraído de uma conferência aos Ostiários.

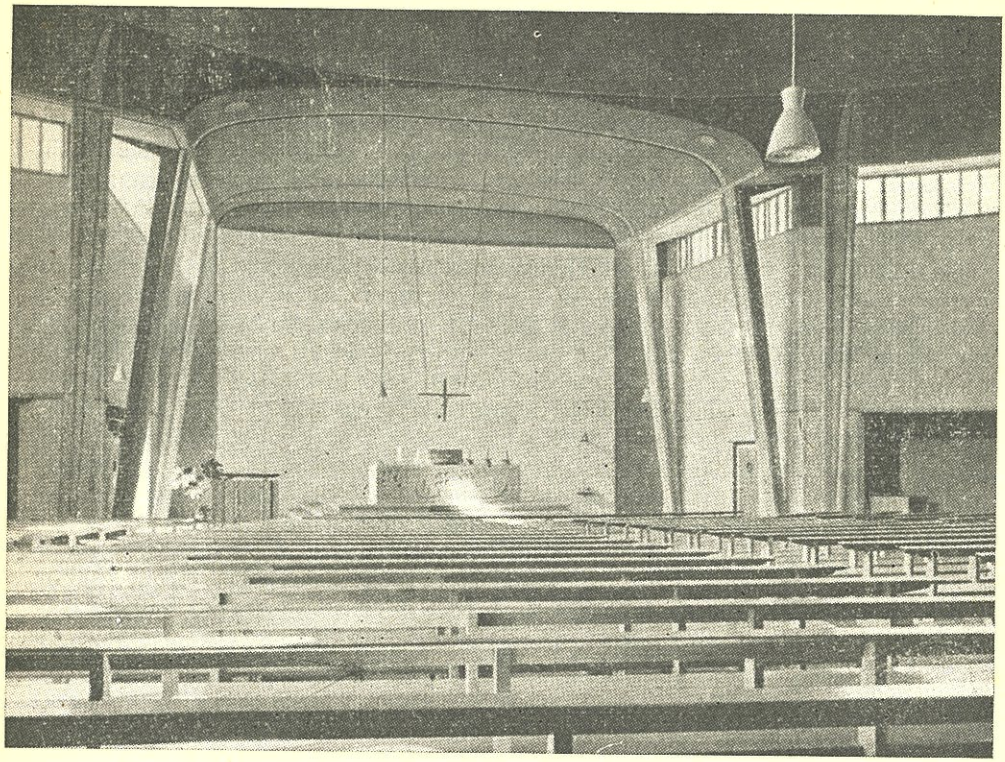
[12] **Directivas do Episcopado Alemão para a Construção de Igrejas** — «Novellae Olivarum», Janeiro de 1955.



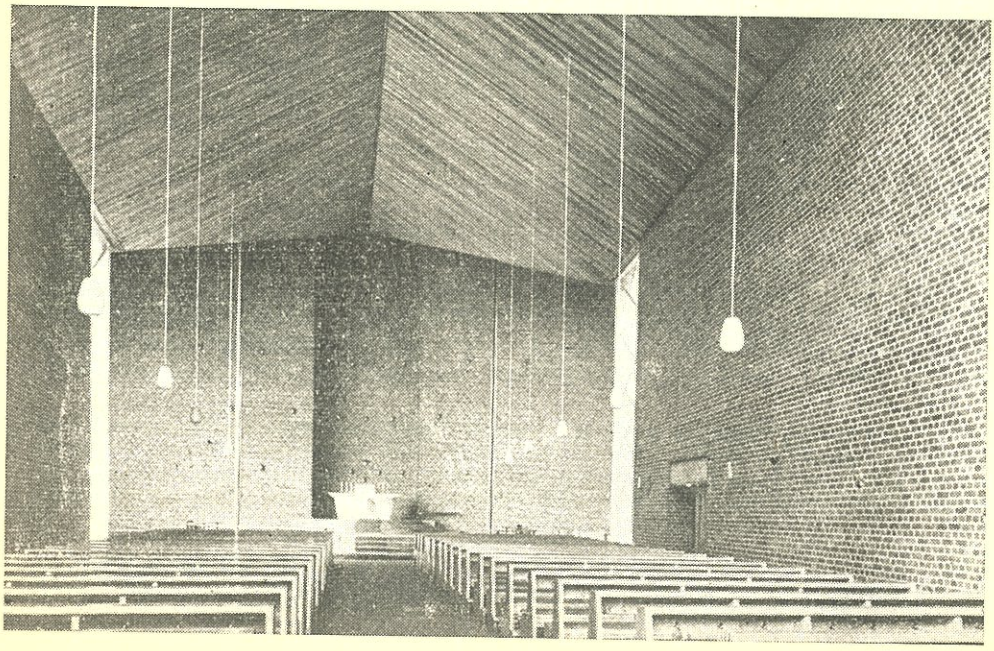
1



2



3



4

que o arquitecto tivesse pedido à sua imaginação um esforço para uma modelação plástica mais livre.

Fot. 4 A igreja de «**S. Maria Rainha**» em Colónia — Frechen manifesta nìtidamente uma outra tendência. Rudolph Schwarz, sem dúvida o maior arquitecto alemão da actualidade, consegue criar um espaço novo, muito mais rico, mais denso, mais cheio de mistério. Tendo embora as exigência litúrgicas como ponto de partida (tal qual como os arquictetos anteriores) Schwarz não se limita a satisfazê-las racionalmente, mas procura na sua imaginação uma ultrapassagem da ordem da poesia e da criação artística. É por isso que esta igreja na sua rigidez é mais humana afinal que as anteriores. O corpo da igreja assenta sobre uma planta trapezoidal que alarga gradualmente, à medida que se aproxima do santuário. Dos dois lados do santuário, o espaço abre-se formando dois pequenos braços laterais, semelhantes às asas dum avião. A parede de tijolo do corpo da igreja interrompe-se numa dada altura para ser substituída por uma superfície de vidro que cobre igualmente toda a face anterior dos prolongamentos laterais, anulando assim, com a luz, o ângulo que prejudicaria a unidade espacial dos três braços. Deriva também daqui um belíssimo estudo da luz que ilumina o altar mais intensamente e dá vida a todo espaço. E este espaço é tão rico que não precisa de qualquer decoração para evitar a «frieza». Note-se a maneira simples mas engenhosa como se evitou que o altar ficasse perdido de encontro à parede do fundo: deu-se-lhe uma cor branca, cortou-se a monumentalidade absorvente da parede do fundo com lâmpadas de quebra-luz dourado e cavando nela uma pequena ábside para o altar. Os pilares dourados que sustentam o tecto, apesar da sua leveza, cortam longitudinalmente a superfície da parede e ajudam a centrar o altar, ao menos para quem estiver no corpo da igreja [13].

Queremos frisar mais uma vez que não apresentamos estes exemplos como modelos a copiar, mas como prova das possibilidades da arte nova, quando ela sai livremente da alma dum artista que sente o mistério cristão na sua profundeza. Mesmo o maior artista não é capaz de fazer uma obra desta natureza quando a sua imaginação criadora é perturbada ou atrofiada pelo mau gosto dum clero sem sensibilidade.

A ARTE SACRA E O GOSTO DO POVO

Muitos cristãos a quem estes templos se destinam não estão preparados para compreendê-los e apreciá-los. O gosto deles também anda desnorteado; aliás toda a obra nova é difícil de compreender à primeira vista. Apesar disso — melhor dito: até por isso — a única política acertada é multiplicar as obras puras que serão,

[13] A nossa fotografia acentua este papel dos dois pilares, porque os sobrepõe de encontro à parede do fundo. Na realidade, eles estão bastante destacados da parede. Na altura em que a nave termina e principiam os braços laterais, o tecto começa a subir gradualmente formando uma aresta que assenta sobre os dois pilares. A fotografia não o indica devidamente.

só por si, mercê da sua irradiação, um poderoso estimulante da educação dos fiéis. «Ne donner que le meilleur, même incompris, même inconnu; ...l'obscurité et l'incompréhension n'ont qu'un temps. Il y a une radioactivité des oeuvres pures» — ensina o P.e Coutourier, um dos pioneiros da arte sacra moderna, tantas vezes incompreendido. De facto, não é preciso pensar muito para ver-se que terá de ser assim. As obras que por vezes o povo mais aprecia são precisamente as que lisonjeiam uma piedade mal formada, quer dizer uma beatice ingénua e lamecha feita de práticas desordenadas e mesquinhas. Mais do que mau gosto, é o reflexo dum empobrecimento de alma. Acomodar a arte sacra a estas baixezas é um escândalo, que só não é sacrílego por ser inconsciente. Mesmo os não fiéis o reconhecem: «desde que se abaixa a arte sacra para pô-la ao nível do povo, não se faz um acto de fé mas de propaganda» — afirma Bracque, esse grande artista da Escola de Paris. No fundo é demagogia. Moscovo faz assim; mas, nós não temos o direito de enganar o povo cristão, engorgitando-o com obras que só servem para degradar-lhe a sensibilidade. É uma questão de consciência.

AS ESPERANÇAS DA ARTE SACRA EM PORTUGAL

Mas onde encontrar os artistas cristãos capazes de levar por diante a tarefa da arte sacra? Lá fora a arte sacra pode orgulhar-se da colaboração de artistas cristãos que são dos melhores mestres da arte moderna: Desvallières, Maurice Denis, León Zack, Albert Gleizes, George Rouault, Schwarz, Baur, Manessier, Bazaine e Gehr — para falar só dos principais. Mas em Portugal? Em Portugal há poucos artistas verdadeiramente cristãos e os que existem são ainda pouco conhecidos. De resto, a falta de artistas cristãos em Portugal é, além de mais, um reflexo da pobreza do nosso meio artístico. O facto é sobretudo dramático na arquitectura, até porque as outras artes escapam mais fàcilmente a um irrazoàvel dirigismo. Mas há já algumas realizações presentes que são garantias de esperanças para o futuro. Nota-se entre os arquitectos mais novos um entusiasmo crescente pela arquitectura moderna que desabrocha plenamente lá fora. Por outro lado é de esperar que o grande inquérito sobre as características da arquitectura regional portuguesa — trabalho recente, mas necessário de há muito — forneça os elementos de aclimatação da arquitectura moderna ao solo português. Outra esperança notável é a progressiva influência da Acção Católica nos meios universitários, o que faz prever o engrossar das fileiras do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, em boa hora nascido em Lisboa. Esperemos que os artistas deste movimento e outros que porventura existam, saibam tomar os valores da arquitectura moderna e os da tradição nacional e elaborem, na sua alma, a síntese cristã por que suspiramos.

A. R.

NOTAS SOBRE TEATRO

«A Igreja acolhe e santifica tudo o que é verdadeiramente humano», disse SS. Pio XII.

Não nos repugna portanto, falar de «teatro cristão» e afirmá-lo como um teatro integral que encara o homem na sua totalidade.

Não é um teatro de temas reduzidos e processos limitados, de forçosa inspiração bíblica ou hagiográfica.

O «teatro cristão» parece-nos ser essencialmente um teatro de maior alcance, por penetrar mais fundo na Verdade.

Tendo sempre em conta os inconvenientes de uma visão esquemática da realidade, dividiríamos no entanto, toda e qualquer produção dramática em dois tipos. No primeiro englobar-se-ia toda a obra em que o Homem nos fosse apresentado «em verdade» como realidade a um tempo material e espiritual; como criatura elevada por Amor do nível natural ao sobrenatural, com ser participante da economia do mistério da Redenção.

Teríamos assim, não uma limitação temática mas uma atitude perante a existência.

No segundo tipo incluiríamos todo o teatro que, embora não apresentando o Homem na sua verdade total, testemunhe contudo perspectivas e aspectos parciais da Realidade.

Em certa medida é este o conceito do teatro no pensamento de Taïs Bianchi que embora nos pareça algo extremista, transcrevemos: «Todo o artista tem, dentro de si, sentimentos e experiências, que lhe despertam a necessidade de os transmitir àqueles que, de uma forma ou de outra, também já os tenham experimentado. Sem lógicas, sem responsabilidades maiores, apenas com o desejo, às vezes um pouco irónico de dizer: «Olhem! A vida é assim, assim simples e complexa ao mesmo tempo — eu a vejo assim, eu a sinto assim. Se não me compreendem é porque ela própria deformou algum de nós».

Ficamos deste modo com dois tipos de dramaturgia; ao primeiro chamaremos «teatro cristão» e ao segundo, «teatro-de-testemunho».

Veja-se que não são categorias rígidas e incomunicáveis, que não se trata de uma dicotormia, pois uma peça do seguindo tipo poderá pertencer simultâneamente ao primeiro.

Acrescentamos ainda uma observação:

N[illegible]meiro tipo não se pressuponha uma estruturação rígida, fechada, completa. Tal não seria possível nem desejável uma vez que o teatro é uma expressão

da realidade (se bem que através de uma linguagem própria) e a vida não é rígida, fechada, silogística.

Aqui interessa ocuparmo-nos do «teatro cristão» que, como vimos, não exclui forçosamente o de testemunho. Reparemos contudo que este último implica por parte do público uma muito maior capacidade de julgar, uma maturidade moral e cultural apreciável.

* * *

Mas para lá destas considerações, que factores se deverão considerar no campo estético para se ter um teatro válido?

Gheon diz que o teatro «é a transposição da realidade sobre um plano de ordem, de harmonia, de simplificação, de sublimação, de beleza rítmica, de beleza plástica, que a valoriza e lhe confere uma nobreza que não tem no estado bruto».

Se esta definição não é completa constitui pelo menos uma orientação bastante acertada.

Não nos alargaremos nestas notas a desenvolver e a aprofundar os elementos fundamentais do teatro: a obra, a interpretação, a «mise-en-cène»... e o público.

No entanto notemos que se no «teatro-de-testemunho» o autor ou poeta dramático pode ser apenas o «narrador de histórias» por intermédio do actor e da encenação, no «teatro cristão» é mais do que isso — é um «dispensador da verdade».

Considere-se também que cada um dos três primeiros elementos apontados se ordenam a um todo orgânico que por sua vez é ordenado ao quarto elemento — o público, sem o qual o teatro perde a razão de ser.

O teatro é uma realidade única para além da aparente simbiose de artes.

O verbo, no teatro, não é literatura; o movimento no teatro, não é bailado; os volumes e o espaço, no teatro, não são arquitectura; a cor e a luz, no teatro, não são pintura. A palavra pronunciada, as deslocações no espaço — tempo, o ritmo e o complexo plástico são elementos dramáticos e ser dramático é uma realidade diferente.

O teatro é unidade. É a unidade dos seus elementos e é a unidade dos homens que tornam os elementos unos.

O teatro é uma comunidade que se abre para a Comunidade, desentranhando-se em drama e onde a Comunidade comunga. O teatro é um reflexo consciente dos valores do público.

Deve-se portanto caminhar para um teatro que seja a manifestação orgânica da Comunidade, tal como o foi na cidade grega ou na Idade Média.

* * *

É nesta linha que se impõe considerar o teatro de qualquer país.

Ao analisar o caso português, só no teatro medievo podemos apartar aquela estruturação que atrás referimos.

No que a seguir vamos expor versaremos apenas o teatro amador, que com maior ou menor vitalidade se afirma por todo o país, sob a protecção de organismos laicos e por vezes religiosos.

Se bem que seja notória a vontade de acertar, lamentamos que este teatro descambe amiudadamente num teatro pseudo-popular.

Dispondo nós de uma tradição relativamente rica em elementos dramáticos, embora sejamos pobres de autores, com o concurso do que possuimos e com originais estrangeiros proporcionados aos nossos caracteres específicos, poderíamos atingir uma posição com repercussões não apenas estéticas.

Não esquecer principalmente que não é verdade o terem todos os géneros de expressão artística de ser assimilados sem o concurso de qualquer iniciação.

O teatro é uma linguagem, oral e mímica, que expressa um pensamento e uma acção. Se os povos criam e assimilam de um modo natural o teatro, é porque estão na posse da sua simbologia. Tem de haver um prévio acordo entre a assembleia e o palco, como afirma Henri Gheon, tarefa enormemente facilitada num teatro cristão. Impõe-se portanto uma educação positiva da sensibilidade estética das comunidades, e será em muitos casos um primeiro passo, o desenvolvimento das suas manifestações pré ou para-teatrais, se estas existirem. Como medida mais geral, promover espectáculos dramáticos proporcionados à cultura, psicologia e problemática do público. Apenas nesta medida se poderá fazer tender um agrupamento humano para um amadurecimento artístico, e mesmo assim será preciso percorrer um largo caminho até ser possível dispor de uma elite cônscia das componentes humanas essenciais e apta a transmitir uma mensagem.

No teatro em geral, e particularmente no teatro amador, dois excessos a evitar:

O primeiro, é o desejo de um teatro moralista que prescinda ou que abafe os valores estéticos; o segundo sintetiza-o Léon Chancerel: «A palavra «teatro» no espírito de muita gente, evoca ainda um edifício e tudo o que se subentende de «teatral» no sentido pejorativo do termo: comércio, histrionismo, falta de ar, superlotação e pó. Implica toda a gama de noções falseadas de relaxamento, de maus hábitos, de rotina, e confessemo-lo, de mediocridade espiritual e formal».

Com estes dois pontos a evitar, terminamos estas notas sobre aspectos que devem ser considerados quando se pretende fazr algo de sério em teatro, e com maior razão, se quisermos ter um «teatro cristão».

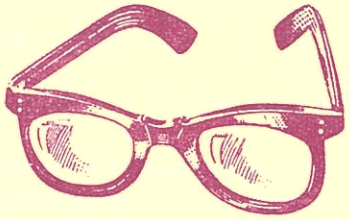
MANUEL PEDRO DE CUNHA FRAZÃO

DEFENDA A SUA VISTA

USANDO LENTES E ARMAÇÕES DE 1.ª QUALIDADE

CASA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE RECEITAS MÉDICAS

ÓCULOS, ESTOJOS, LUPAS, BINÓCULOS, TERMÓMETROS, BARÓMETROS, ETC.



CONCEDEMOS O DESCONTO DE 40° o A TODO O EXMO. CLERO E FAMÍLIA

OPTICAL, LDA.

PORTAS DE STO. ANTÃO, 130 - 2º - TELEFONE 367762 - LISBOA

(ANTIGA RUA EUGÉNIO DOS SANTOS)

SAMPEDRO

M. d'Oliveira & Marques, L.da

Praça dos Restauradores, 13
Telef. 30876 - 366972 - **Lisboa**

SECÇÃO DOS TECIDOS PRETOS R. M.

- Tecidos para o Rev.º Clero e seminaristas
- Elasticotines — Sarjas — Tropicais — Casemiras — Merinos — Sobretudos
- Alfaiataria — Capas — Gabardines
- Condições especiais para Finalistas

SECÇÃO DE LIVRARIA

- Livros estrangeiros - Edições próprias
- Revistas estrangeiras: Lumen Vitae Foyer Notre Dame — Famille et College-Ecclesia-Panorama Chrétien, etc.
- Filmes fixos e de movimento: (Catequese — ensino — diversão)
- Máquina de escrever 'Antares Micron'
- Máquinas de Projecção

Ourivesaria Aliança

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e estrangeiro

As mais especializadas oficinas para a esmerada confecção de todos os objectos do culto católico

Rua das Flores, 119 - 121 - PORTO — Rua Garrett (Chiado), 50 - LISBOA

C. SANTOS

LANIFÍCIOS

SORTIDO COMPLETO DE LANIFICIOS PARA O REVMO. CLERO, SEMINARISTAS, COLEGIAIS, ETC.

QUALIDADES PARA TODOS OS PREÇOS. EXCLUSIVOS-SECÇÃO DE CACHECOIS E LANIFÍCIOS DE COR

DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ

Cem anos!

Velas de Cardigos

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

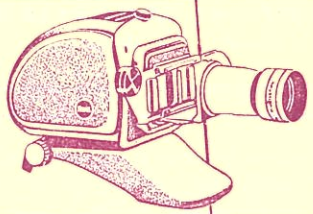
Telef. 5 - B. Baixa - CARDIGOS

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo Clero do Continente, Ilhas e Províncias Ultramarinas

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

Premiada em 7 exposições: 4 estrangeiras e 3 nacionais

PARA O ENSINO PELA IMAGEM **Noris**



DIA-PROJECTORES PARA FILMES DE 35 MM E 6x6 CM

INDISPENSÁVEIS A SACERDOTES, PROFESSORES, CONFERENCISTAS, ETC

OS MELHORES AUXILIARES DO EDUCADOR MODERNO

Preferidos igualmente pelos bons amadores fotográficos para projectar as suas transparências em côres

Os dia-projectores **Noris** são fornecidos em elegantes maletas de transporte e a preços extremamente baixos

OS PROJECTORES DE IMAGENS FIXAS **Noris** PODEM SER FORNECIDOS COM LÂMPADAS PARA 110 OU 220 V. E TAMBEM PARA BATERIA DE 12 V. PARA AS REGIÕES SEM ELECTRICIDADE

Noris OS PROJECTORES QUE CONQUISTARAM A SIMPATIA DOS EDUCADORES PORTUGUESES

À VENDA NAS BOAS CASAS DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

REPRESENTANTE | M. SIMÕES JR. RUA DA CONCEIÇÃO, 46, 1.º - TELEF. 3 0306 - LISBOA

ARTIGOS RELIGIOSOS PARA REVENDA E PROPAGANDA

Casa de S. José - Porto

(Fundada em 1896)

VISITAI ESTA CASA, APRECIAI O SEU SORTIDO E CONFRONTAI OS SEUS PREÇOS!
DESCONTOS ESPECIAIS PARA AS MISSÕES CATÓLICAS

168, Rua das Flores, 170 — Telefone: 2 28 86